

O referendo pela saída do Reino Unido do bloco econômico União Europeia

Cíntia Nigro, autora de livro didático e professora de Geografia na Escola Castanheiras, em São Paulo.

Muitos questionamentos sobre os novos rumos da geopolítica, economia e política migratória do continente europeu estão sendo feitos após os resultados de um referendo realizado em junho de 2016 com a população do Reino Unido indagando sobre o desejo de que o país permanecesse ou não como membro da União Europeia (UE).

O referendo mobilizou 72,2% dos eleitores do Reino Unido (46,5 milhões de pessoas) e a apuração final revelou 48% do total dos votos válidos em favor da permanência do país em um dos mais importantes blocos econômicos do mundo e 52% dos votos a favor da sua retirada.

O resultado final surpreendeu muitos analistas que antecipadamente acreditavam na derrota da campanha do *Brexit* – que é a abreviação das palavras inglesas *Britain* (referente a *Great Britain*, Grã-Bretanha, ilha que abriga grande parte dos países do Reino Unido) e *exit* (que significa saída).

Identificou-se que a maior parte dos votos a favor da saída do Reino Unido veio de pessoas com mais de 50 anos de idade. (Acesse o infográfico na reportagem [Maioria dos jovens desejava permanência do Reino Unido na União Europeia, diz pesquisa.](#))

Muitos que encampam o *Brexit* são moradores de áreas interioranas do país, mais impactadas pelo desemprego e pela desindustrialização e que vêm se sentindo ameaçados pela abertura das fronteiras e pelo aumento da imigração. Os imigrantes são vistos geralmente como concorrentes diretos às vagas de emprego e aos serviços públicos de Educação e saúde.

No outro lado, a campanha do *Bremain* (*British + remain* – permanecer em inglês) foi apoiada pela maioria de jovens e moradores dos grandes centros urbanos que votaram pela permanência do país na UE.

Os resultados das urnas levaram o primeiro-ministro David Cameron -- um dos líderes da campanha pela permanência do Reino Unido na União Europeia – a anunciar que renunciava ao cargo.

O referendo havia sido uma promessa de sua campanha de 2013 para a reeleição, para amenizar pressões nacionalistas que ele vinha sofrendo por membros do seu próprio Partido Conservador.

Desde que assumiu o cargo, Cameron vinha pleiteando a instauração de condições especiais do Reino Unido dentro da União Europeia, a fim de mantê-lo como país-membro. Inclusive, no início de 2016, passou a encabeçar a campanha do *Bremain* depois de obter algumas garantias excepcionais junto à UE, como a de que o país não sofreria discriminação comercial por não adotar o euro como moeda, a limitação dos benefícios de imigrantes europeus e seus descendentes e a não sujeição do mercado financeiro de Londres a certas normas do bloco.

Debater os desdobramentos do referendo britânico em sala de aula requer que, antes, nos deparemos com as seguintes questões: “Mas, afinal, o que é União Europeia?”, “Quais os seus objetivos e desafios?”, “É importante que isso seja retomado com os alunos”.

Os blocos econômicos são organizações criadas visando facilitar o comércio entre os países-membros. Eles constituem uma estratégia de associação entre diferentes nações a fim de fortalecer a economia delas e ganhar projeção no mercado competitivo globalizado. Os países-membros de um mesmo bloco econômico, geralmente, são vizinhos ou próximos, e unem esforços para padronizar leis e melhorar a infraestrutura de produção e circulação de mercadorias. Além disso, os membros estabelecem acordos de não agressão mútua contribuindo para o crescimento do comércio inter-regional.

Os blocos econômicos têm crescido nas últimas décadas também por interesse de grandes empresas internacionais. Ao se eliminar ou diminuir barreiras alfandegárias e impostos de importação e exportação entre os países-membros, tais empresas conseguem reduzir custos de produção e distribuição e ampliar seus mercados consumidores.

A União Europeia é o bloco econômico mais antigo existente e um dos mais bem estruturados e dinâmicos do mundo. Atualmente, ela abriga 28 países – incluindo o Reino Unido, cujo processo de saída pode durar até dois anos. (Veja o infográfico [Como acontecerá a saída do Reino Unido da União Europeia?](#) para entender os próximos passos desse processo.)

As origens da União Europeia remontam ao cenário geopolítico após a Segunda Guerra Mundial, quando diversos países da Europa se uniram para impedir que houvesse uma nova destruição do continente e para pensar soluções para promover o reerguimento econômico dos mesmos.

Em 1957, com o Tratado de Roma, foi criada a Comunidade Econômica Europeia (CEE), formada inicialmente por Itália, França, Holanda, Bélgica, Luxemburgo e Alemanha Ocidental. Sua criação pretendia promover a integração dos mercados desses países e ir gradativamente ampliando o bloco. Assim, aos poucos, a CEE foi ganhando adesão de países europeus com histórias, culturas e tradições muito distintas.

Os objetivos da CEE incluíam estabelecer uma política conjunta de defesa e de relações exteriores, adotar uma moeda única, obter maior controle da circulação dos seus trabalhadores e prever a participação da população nos mecanismos de decisão do bloco.

Em 1992, com a assinatura do Tratado de Maastricht, a CEE alterou seu nome para União Europeia (UE) e passaram a ser definidas novas metas para a facilitação do fluxo de mercadorias, serviços, finanças e pessoas pelo continente visando promover uma maior estabilidade política na Europa.

Em 1985, começa a ser progressivamente implantado um acordo em relação à circulação de pessoas dentro da UE conhecido como Espaço Schengen. Ele constituiu um grande avanço das negociações internas do bloco e engloba uma zona de livre circulação de pessoas entre os países signatários da UE (o controle nas fronteiras só deve ocorrer em situações excepcionais). Atualmente, o Espaço Schengen é composto de 26 países, abrigando 22 dos 28 membros da UE (não integram Reino Unido, Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda) e quatro países não membros (Islândia, Noruega, Liechtenstein e Suíça). Nos últimos meses, entretanto, as regras têm sido questionadas diante das grandes ondas migratórias que vêm ocorrendo em direção à Europa. (Confira o mapa dos países integrantes do Espaço Schengen e das principais rotas de imigrantes da Europa na reportagem [*Para entender: Schengen, um espaço sem fronteiras, mas com exceções.*](#))

Outro avanço significativo interno da União Europeia foi a sua unificação monetária. O ano de 2002 marcou o início da circulação do euro como moeda oficial de todos os países-membros (exceto Suécia, Dinamarca e Reino Unido), facilitando enormemente os intercâmbios comerciais.

Hoje, a UE é uma importante e complexa organização política que possui instâncias executivas, legislativas e judiciárias, cujas decisões impactam substancialmente a vida dos europeus. Há vários países que pleiteiam a adesão a esse bloco.

No entanto, o bloco vem enfrentando diversos desafios entre os quais pode-se destacar:

- Dissolver a rivalidade histórica e cultural entre diversos de seus países-membros.
- Eliminar mecanismos de proteção das economias nacionais.
- Conter índices crescentes de desemprego.
- Reverter os profundos impactos da crise de 2008 que atingiu sobretudo a economia de países denominados de PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha) e outros menos desenvolvidos.
- Permitir o acesso de migrantes e refugiados vindos de países mais pobres (sobretudo após atentados em Paris e na Bélgica e ao grande número de refugiados provenientes da Ásia, África e Oriente Médio – Síria).